



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

164

APELAÇÃO CÍVEL Nº 121987-4
COMARCA: RECIFE – 24ª VARA CÍVEL
APELANTE: REFER – FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE
SEGURIDADE SOCIAL
APELADO: JOSÉ PAULINO DA SILVA
RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

31/46

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO – AÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE DESCONTOS SECURITÁRIOS COM CORREÇÃO MONETÁRIA E DIFERENÇAS, ACRESCIDOS DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS E DA RESERVA DE POUPANÇA – PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – CORREÇÃO PLENA – LEVANTAMENTO DE DESCONTOS – SENTENÇA MANTIDA – APELO IMPROVIDO – DECISÃO UNÂNIME.

Nada se tem a modificar da decisão de 1º grau, posto que fundada em remansosa e pacífica jurisprudência, a qual determina que “o associado de entidade de previdência privada que se desliga da empresa patrocinadora tem o direito de levantar a importância que lhe foi descontada” (STJ, Resp 435029/MG, rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJ 25/08/2003, p. 313), devendo, ainda sob a orientação segura deste julgado do Col. Superior Tribunal de Justiça, a restituição ser corrigida “por índices que reflitam a realidade da desvalorização da moeda”.

31

Matéria pacificada pelo Col. Superior Tribunal de Justiça através da ainda vigente Súmula nº 289, segundo a qual, “A restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda”.

Improcedência, ainda, da alegação de que o julgamento antecipado da lide não levara em conta o fato de que se fazia necessário, no caso, a realização de perícia contábil a fim de se averiguar o montante perseguido na ação originária, já que tais valores podem ser quantificados na fase do cumprimento da sentença.

Por último, a condenação da parte sucumbente em honorários advocatícios é perfeitamente possível, ainda que a parte adversa seja beneficiária da gratuidade judicial – já que a benesse é concedida apenas aquele que a requer –, ou o processo tenha sido encerrado com julgamento antecipado, devendo, neste caso, ser fixado, como de fato o foi, percentual mínimo em face do encerramento prematuro do feito.

Apelo improvido. Decisão unânime.

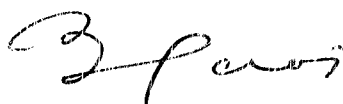
ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos da Apelação Cível n.º 121987-4, em que figuram como Apelante, REFER – FUNDAÇÃO REDE

138

165

FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL e, como Apelado, JOSÉ PAULINO DA SILVA, ACORDAM, em TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, o seguinte: "*À unanimidade de votos, negou-se provimento ao apelo, nos termos do voto da turma*", tudo de acordo com os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento datado de 15/10/2009, que ficam fazendo parte integrante deste julgado, lavrando-se o acórdão na presente data.

Recife, 7-12-2009



Desembargador Bartolomeu Bueno

Presidente e Relator



166
1332

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 121987-4

COMARCA: RECIFE – 24ª VARA CÍVEL

APELANTE: REFER – FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE
SEGURIDADE SOCIAL

APELADO: JOSÉ PAULINO DA SILVA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

Relatório

Adoto o relato sentencial de fl. 66.

Acrescento, ainda, que o MM. Juiz da causa julgou procedente o pedido em relação a REFER – Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social, condenando-a ao pagamento das verbas requeridas acrescidas de juros à base de 0,6% (zero virgula seis por cento) a partir da citação, bem como às verbas sucumbenciais.

Em relação à Rede Ferroviária Federal S. A., face à sua ilegitimidade passiva, julgou extinto o feito sem a apreciação do mérito (art. 267, VI, CPC).

Às fls. 76/85, apelou, a REFER, da sentença, reafirmando a impossibilidade dos expurgos pretendidos na ação originária, e sustentando ser descabido o julgamento antecipado da lide e a condenação em honorários advocatícios.

Ao final, pede a reforma da decisão do juízo singular, dando-se provimento ao Recurso.

Contra-razões ao Apelo em óbvias infirmações (fls. 92/99).

É o relatório.

À d. Revisão.

Recife, 10-10-2007

Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE
Fórum do Recife - Rua Dês. Guerra Barreto, 200 - Ilha do Leite - Recife - PE
CEP: 50080-900 - Telefone: 3412-5224 / Fax: 3412-5222

Devero 66

167

Ação de Devolução de Descontos Securitários com Correção Monetária e Diferenças, acrescidos dos Expurgos Inflacionários e da Reserva de Poupança

Processo nº 001.2003.061960-3

Autor: José Paulino da Silva

Réu: Refer - Fundação da Rede Ferroviária de Seguridade Social e outra

S E N T E N Ç A

Vistos, etc.

José Paulino da Silva, parte autora devidamente qualificada e representada nos autos, promoveu Ação de Cobrança contra a **REFER - Fundação da Rede Ferroviária de Seguridade Social e Rede Ferroviária Federal S.A.**, também qualificadas na inicial.

Postula a parte autora na presente ação, que seja aplicado ao saldo de sua reserva de poupança o índice de correção monetária que realmente influenciou a desvalorização da moeda (IPC), com relação aos planos econômicos nos meses de junho de 1987, janeiro de 1989, março, abril, maio de 1990 e fevereiro de 1991, todos com acréscimos dos respectivos juros e atualização monetária.

Em sua contestação, a primeira ré pugnou pela improcedência do pedido inicial. Afirmou a mesma que na ocasião agiu de acordo com o Estatuto e demais normas regulamentares, seguindo os preceitos de lei que autorizam tal estipulação.

A segunda ré postulou sua ilegitimidade, com a explicação de que figura apenas como patrocinadora da primeira demandada e que os índices são previstos no próprio regulamento do plano de benefícios.

Vieram-me conclusos para decisão.

É O BREVE RELATÓRIO.

DECIDO.



J39
39
168

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 121987-4

COMARCA: RECIFE – 24ª VARA CÍVEL

APELANTE: REFER – FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE
SEGURIDADE SOCIAL

APELADO: JOSÉ PAULINO DA SILVA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

Voto

Em razão da presença dos pressupostos de admissibilidade, conheço o presente Recurso.

Insurge-se a REFER – Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social, contra a sentença da lavra do douto Juiz de Direito da 24ª Vara Cível da Comarca do Recife, que deu pela procedência do pedido posto na ação movida por **José Paulino da Silva**, condenando-a ao pagamento da devolução dos descontos e diferença do saldo de reserva de poupança pertinente à aposentadoria complementar, corrigindo-se as contribuições feitas pelo autor com base no IPC até a data da rescisão do contrato de trabalho, incidindo-se, ainda, juros de mora de 0,6% (zero virgula seis por cento) a partir da citação.

Também houve a condenação da Apelante nas custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Ora, em que pese às razões delineadas no presente Recurso, não vejo como acolhê-las, vez que a sentença de primeiro grau foi proferida dentro dos devidos parâmetros legais, nada tendo o que modificar, posto que fundada em remansosa e pacífica jurisprudência, a qual determina que *“o associado de entidade de previdência privada que se desliga da empresa patrocinadora tem o direito de levantar a importância que lhe foi descontada”* (STJ, Resp 435029/MG, rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJ 25/08/2003, p. 313), devendo, ainda sob a orientação segura deste julgado parcialmente transcrito do Col. Superior Tribunal de Justiça, a restituição ser corrigida *“por índices que reflitam a realidade da desvalorização da moeda”*.

A matéria já se encontra, inclusive, pacificada pelo Col. Superior Tribunal de Justiça através da ainda vigente

140
169

Súmula nº 289, segundo a qual, *“A restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda”*.

Improcede, ainda, a alegação de que o julgamento antecipado da lide não levaria em conta o fato de que se fazia necessário, no caso, a realização de perícia contábil a fim de se averiguar o montante perseguido na ação originária, já que tais valores podem ser quantificados na fase do cumprimento da sentença.

Por último, a condenação da parte sucumbente em honorários advocatícios é perfeitamente possível, ainda que a parte adversa seja beneficiária da gratuidade judicial – já que a benesse é concedida apenas aquele que a requer -, ou o processo tenha sido encerrado com julgamento antecipado, devendo, neste caso, ser fixado, como de fato o foi, percentual mínimo em face do encerramento prematuro do feito.

Diante disto, conheço do Recurso, mas para negar-lhe provimento.

É como voto.

Recife, 17-10-2009


Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator

gvn



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (PRESIDENTE E REVISOR)

Acompanho o voto do Relator.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Também acompanho o Relator.

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".
